

### Formulário de Resposta aos recursos – Conhecimentos Específicos S01 - Advogado

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 39 TIPO 2: 43 TIPO 3: 46	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p><b>Exceções:</b> A declaração estabelece uma exceção para casos em que a crença ou convicção é invocada para se eximir de uma obrigação legal imposta a todos, como o serviço militar.</p> <p><b>Prestação Alternativa:</b> Nestes casos, a lei pode prever uma forma alternativa de cumprir a obrigação, permitindo que a pessoa possa cumprir sua obrigação sem infringir suas convicções.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante, desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia. (Art. 5º, XI)</p> <p>(E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).</p>		
<p>TIPO 1: 41</p> <p>TIPO 2: 47</p> <p>TIPO 3: 40</p>	<p>Alternativa correta letra (c )Justificativa</p> <p>A questão aborda princípios e normas constitucionais aplicáveis à Administração Pública direta e indireta, conforme previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente no:</p> <p>Art. 37 (princípios da administração pública),</p> <p>Art. 41 (regime jurídico dos servidores),</p> <p>Art. 37, VII (direito de greve dos servidores públicos),</p> <p>Art. 5º, LXXIV-LXXVII (direitos fundamentais, como publicidade e acesso a cargos públicos).</p> <p>(A) Incorreta</p> <p>“a investidura em cargo público está condicionada</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>apenas à indicação política ou técnica...”</p> <p>Errado. A regra constitucional é que a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, conforme Art. 37, II da CF.</p> <p>Exceções são apenas para cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, o que não inclui generalizações como "conveniência administrativa".</p> <p>(B) Incorreta</p> <p>“pessoalidade e o prazo de validade do concurso público será de até dois anos...”</p> <p>O termo “pessoalidade” não é um dos princípios constitucionais da Administração Pública. Os princípios expressos são:</p> <p>Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, caput).</p> <p>A parte do prazo do concurso está correta (até dois anos, prorrogável uma vez por igual período), mas o erro do princípio torna a alternativa inválida.</p> <p>(C) Correta</p> <p>“o direito de greve será exercido com observância dos princípios da eficiência e proporcionalidade [...] respeitados os serviços essenciais...”</p> <p>De acordo com o Art. 37, VII da CF, o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.</p> <p>A eficiência e a proporcionalidade são princípios que regem esse exercício, especialmente para manter serviços essenciais e garantir o interesse público.</p> <p>(D) Incorreta</p> <p>“a remuneração [...] poderá ser alterada por leis especiais, sem observar a iniciativa privativa...”</p>		
--	---	--	--

	<p>Errado. A fixação e alteração da remuneração dos servidores deve observar a iniciativa privativa de cada poder (Art. 61, §1º, II, “a” da CF).</p> <p>Além disso, a Constituição assegura a revisão geral anual (Art. 37, X), na mesma data e sem distinção de índices.</p> <p>(E) Incorreta</p> <p>“... aos estrangeiros, com cidadania brasileira...”</p> <p>Contraditório. Um estrangeiro com cidadania brasileira não é mais estrangeiro, é brasileiro naturalizado.</p> <p>Além disso, o acesso de estrangeiros a cargos públicos depende de lei específica (Art. 37, I), não é uma regra ampla.</p>		
<p>TIPO 1: 43</p> <p>TIPO 2: 37</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>A alternativa (C) está correta porque apenas as afirmativas I, II, III e V estão de acordo com o que estabelece o Código Civil.</p> <p>A questão trata de requisitos de validade e interpretação do negócio jurídico, conforme estabelecido principalmente nos artigos 104 e 113 do Código Civil.</p> <p>I – Agente capaz</p> <p>Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, I, do Código Civil, é requisito de validade do negócio jurídico:</p> <p>“Agente capaz.”</p> <p>II – Objeto lícito, possível, determinado ou determinável</p> <p>Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, II, do Código Civil, o objeto deve ser:</p> <p>“lícito, possível, determinado ou determinável.”</p> <p>III – Forma prescrita ou não defesa em lei</p> <p>Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, III, do Código Civil:</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>“forma prescrita ou não defesa em lei.”</p> <p>IV – Deve ser interpretado atribuindo-lhe o sentido que confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio</p> <p>Incorreta. Não corresponde exatamente ao que diz o Código Civil. O comportamento anterior à celebração pode até ser considerado na interpretação, mas não é critério central.</p> <p>O Art. 113, §1º, do Código Civil afirma que:</p> <p>"A interpretação do negócio jurídico deve considerar a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração."</p> <p>V – Deve ser interpretado conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. Correta. Essa é a regra expressa no Art. 113, caput, do Código Civil:</p> <p>“Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.”</p>		
TIPO 1: 44 TIPO 2: 46 TIPO 3: 48	<p>A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.</p>	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 45 TIPO 2: 38 TIPO 3: 43	<p>Resposta correta: (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.</p> <p>I. Correta</p> <p>“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis [...]”</p> <p>Esta afirmativa está correta, pois descreve com exatidão o que dispõe o Art. 145, II, da Constituição Federal e o Art. 77 do CTN.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivos ou potenciais.</p> <p>II. Incorreta</p> <p>“As taxas poderão ter base de cálculos própria de impostos”</p> <p>Essa afirmativa está errada.</p> <p>Embora a base de cálculo possa ser semelhante, a jurisprudência do STF proíbe que taxas usem a mesma base de cálculo de impostos, pois isso pode violar o princípio da não-confusão entre espécies tributárias.</p> <p>Exemplo: É inconstitucional uma taxa usar como base de cálculo o valor do imóvel (usado para o IPTU).</p> <p>Fundamento: STF – Súmula 545:</p> <p>“É inconstitucional a cobrança de taxa, pela utilização de serviço público, tendo como base de cálculo o valor do imóvel.”</p> <p>III. Correta</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado [...] exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p> <p>Esta afirmativa está correta.</p> <p>Trata-se do princípio da legalidade tributária, previsto no Art. 150, I da Constituição Federal:</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p>		
TIPO 1: 47 TIPO 2: 48	A alternativa correta é: (B) Os prazos processuais são fixados discricionariamente pelo juiz, na falta de lei,	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA B

TIPO 3: 49	<p>podendo as partes livremente estipular prazos para suas manifestações.</p> <p>De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), os prazos processuais podem ser:</p> <p>Legais: previstos expressamente em lei.</p> <p>Judiciais: fixados pelo juiz, quando a lei for omissa.</p> <p>Convencionais: estabelecidos pelas partes, por meio de negócio jurídico processual (Art. 190 do CPC), desde que não contrariem a ordem pública.</p> <p>Assim, na falta de previsão legal, o juiz pode fixar o prazo, e as partes também podem convencionar prazos, conforme o CPC, desde que isso não traga prejuízo ao contraditório, ampla defesa ou ao interesse público.</p> <p>(A) Errado. Embora os embargos de declaração realmente tenham prazo legal de cinco dias úteis, prazos legais podem, sim, ser alterados em determinadas situações, especialmente quando não envolvem direitos indisponíveis e se houver acordo entre as partes.</p> <p>(C) Errado. Prazos convencionais são exatamente os prazos que podem ser ajustados pelas partes, ou seja, são flexíveis, desde que não contrariem disposições legais de ordem pública.</p> <p>(D) Errado. O Novo CPC (Art. 219) determina que os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo-se finais de semana e feriados, exceto se a lei expressamente dispuser o contrário.</p> <p>(E) Errado. De acordo com o CPC, a contagem dos prazos exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento. Portanto, não se inclui o dia inicial na contagem do prazo (Art. 224, §1º).</p>		
------------	---	--	--

TIPO 1: 37	A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 2: 49			
TIPO 3: 36			